



UM ESTUDO SOBRE OS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS REFERENCIADOS PELOS PROGRAMAS BOLSA ALFABETIZAÇÃO E PIBID NO ESTADO DE SÃO PAULO

A STUDY ON THE THEORETICAL AND METHODOLOGICAL ASSUMPTIONS REFERRED BY THE LITERACY SCHOLARSHIP AND PIBID AT SÃO PAULO STATE

Patrícia Fazani da Silva¹
patriciafazani@yahoo.com.br

Maria de Fátima Ramos de Andrade²
mdtvm@hotmail.com

RESUMO

A presente pesquisa, com Fontes de financiamento: CAPES/Bolsa PIBIC, se propôs a realizar um estudo exploratório de dois Programas oficiais – PIBID e Bolsa Alfabetização – que, atualmente, estão em amplo processo de realização no Estado de São Paulo. Nossa intenção foi identificar quais os referenciais teóricos e metodológicos que os fundamentam e fazer um levantamento de dados de suas abrangências - número de escolas envolvidas, alunos atendidos, instituições participantes – no Estado de São Paulo. Cumpre lembrar que a Universidade Municipal de São Caetano do Sul participa tanto do PIBID quanto do Bolsa Alfabetização, e que ambos os Programas têm como objetivo central contribuir para a formação do aluno da licenciatura. Com esse trabalho apontamos as ideias centrais que norteiam os dois Programas, identificando, assim, elementos que aprimoram a formação inicial do aluno do curso de Pedagogia.

PALAVRAS-CHAVE: Formação • Bolsa Alfabetização • PIBID.

ABSTRACT

The current survey enrolling financing sources: CAPES/PIBIC scholarship was proposed to perform an exploratory study of two official programs – PIBID and literacy scholarship – currently broadly implemented at São Paulo state. Our intention was to identify the theoretical and methodological references that provide their foundation as well as to perform a data analysis of their comprised – number of involved schools, attended students, participant institutions – within the state of São Paulo. It is important to mention that the municipal university of São Caetano do Sul participates in both PIBID and Literacy Scholarship and that both programs have as a main goal a contribution to the student formation at the graduation. In this paper we have pointed out the pivotal ideas that drive both programs, thus identifying the improving elements of the initial training of the students in the Education course.

KEY WORDS: Training • Literacy Scholarship • PIBID.

1 Acadêmica do Curso de Pedagogia na Universidade Municipal de São Caetano do Sul. USCS - São Caetano do Sul, São Paulo – Brasil.
2 Professora do curso de Pedagogia da Universidade Municipal de São Caetano do Sul. São Paulo – Brasil.



INTRODUÇÃO:

O Programa *Bolsa Formação Escola Pública e Universidade*, mais conhecido como *Bolsa Alfabetização*, foi idealizado a partir da problematização de algumas avaliações - SARESP, INAF, PISA - que ocorreram no Ensino Fundamental. Os resultados apontaram que uma parcela de alunos, no final do Ciclo I do Ensino Fundamental, não sabia ler e escrever ou não conseguia concluir o Ciclo II do EF, pois apresentava dificuldades de leitura e compreensão de texto. Implantado pela Secretaria Estadual de Educação (SEE), contando com a participação da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), o programa Bolsa Alfabetização tem por objetivo garantir que alunos de Ciclo I do Ensino Fundamental desenvolvam o domínio da leitura e escrita até os oito anos de idade, privilegiando a esses alunos, ainda na fase tenra de aprendizagem, o contato com a diversidade de gêneros textuais.

Ao desenvolver essas competências, os alunos migrariam para as séries subsequentes sem descompassos e com desempenho potencialmente satisfatório em outras disciplinas. Além disso, entre os objetivos propostos pelo Programa, temos a possibilidade de que as escolas públicas da rede estadual de ensino constituam-se em um campo de pesquisa para futuros docentes, propiciando uma melhor integração entre os saberes desenvolvidos nas instituições de ensino superior.

O Programa *Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência* (PIBID) oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e que, quando graduados, se comprometam com o exercício do magistério na rede pública. O objetivo

é antecipar o vínculo entre os futuros mestres e as salas de aula da rede pública.

Com essa iniciativa, o PIBID faz uma articulação entre a educação superior (por meio das licenciaturas), a escola e os sistemas estaduais e municipais. Implantado a partir de uma ação conjunta do Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Superior - SESU, da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, o programa vem se constituindo em um dos mais abrangentes instrumentos de formação docente.

Tanto o PIBID quanto o Bolsa Alfabetização visam promover a melhoria da qualidade da educação básica, por meio de uma articulação integrada da educação superior com a educação básica do sistema público de ensino. Como consequência, ambos os Programas intencionam elevar a qualidade das ações acadêmicas voltadas à formação inicial de professores nos cursos de licenciaturas das instituições de educação superior.

Como sabemos, um momento importante na formação do aluno da licenciatura é o contato com a escola, com o contexto da sala de aula. Nesse momento, muitas vezes, ele tem a oportunidade de vivenciar situações fundamentais para a sua formação. Contudo, isso nem sempre acontece. A universidade tradicionalmente tem se preocupado em demasia com o ensino dos conhecimentos teóricos. Muitas vezes, no curso de licenciatura, as disciplinas ditas como práticas são oferecidas na parte final do curso. Porém, compreendemos que a relação teoria e prática não deveria se restringir a algumas disciplinas e/ou estágios.

Uma atuação adequada entre a univer-



sidade e a escola poderia propiciar, tanto aos professores universitários quanto aos alunos graduandos, transformações em suas práticas educativas, já que os conhecimentos práticos se relacionariam aos conhecimentos teóricos.

Com o intuito de cooperar com a política dos governos no campo educacional, a UNESCO realizou o estudo “*Professores do Brasil, impasses e desafios*” Gatti (2009) sobre a formação inicial e continuada e a carreira dos professores no Brasil. A intenção era oferecer às diversas instâncias da administração educacional do país um exame crítico do quadro vigente, seguido de orientações e recomendações que pudessem colaborar para uma efetiva valorização dos professores.

Esse trabalho foi coordenado pela pesquisadora Bernardete Gatti/Fundação Carlos Chagas, e teve como objetivo oferecer um balanço da situação relativa à formação de professores para a educação básica no Brasil. A pesquisa analisou, por amostra representativa, a estrutura curricular e a ementa de 165 cursos presenciais de institutos de ensino superior. O estudo indicou que:

Nas disciplinas referentes aos conhecimentos relativos à formação profissional específica [...] pouco exploram seus desdobramentos em termos de práticas educacionais [...].

[...] Do conjunto de 28% das disciplinas que podem ser classificadas como voltadas à formação profissional específica, o que sugerem as suas ementas é que essa formação é feita de forma ainda muito insuficiente.” (GATTI e BARRETO, 2009) apud ANDRÉ 2002, p.121).

Cumprir lembrar que ambos os Programas criam estratégias para que os alunos da licenciatura se aproximem do contexto escolar, fazendo com que a construção do

conhecimento prático possa efetivamente acontecer. Atualmente, a Universidade Municipal de São Caetano do Sul participa tanto do Programa Bolsa Alfabetização quanto do PIBID. Ao todo há setenta alunos bolsistas, sendo cinquenta no programa Bolsa Alfabetização e vinte no PIBID.

Como sabemos, apesar de espaços distintos, escola pública e a universidade estão interligados, pois o aluno da universidade será o futuro professor da rede pública. Logo, a Universidade precisa aprender a dialogar com a escola e vice-versa. Um real diálogo entre os dois lócus se faz necessário para que superemos a ideia, já enraizada em ambos os contextos, de que o conhecimento teórico caminha separado do conhecimento prático, e que a escola não é espaço de estudo e pesquisa.

Observamos que tanto os professores universitários desconhecem o que os professores da escola pública fazem, como estes ignoram o que é feito nas universidades. Apesar disso, parece que a universidade (curso de Pedagogia) já reconheceu que a sala de aula da escola é fonte de aprendizagens múltiplas sobre a docência.

Reconhecemos que a escola é um espaço de aprendizagem, mas ao mesmo tempo ainda há dificuldade em se utilizar esse conhecimento nos cursos de formação de professores. Segundo Pereira (2000):

As experiências vivenciadas durante etapas iniciais da carreira docente, talvez, tenham um impacto ainda maior por se tratar de um momento de grande indefinição e conflito para o educador em formação. Não conscientes disso, as instituições formadoras e as secretarias de educação geralmente deixam a cargo dos próprios sujeitos a responsabilidade de assumirem as suas primeiras experiências docentes (p.92).



Tanto o Programa Bolsa Alfabetização como o PIBID vêm caminhando no sentido de propiciar uma maior aproximação entre a Universidade e as escolas públicas. Para nós essa aproximação precisa ser investigada, pois é fator determinante na formação do aluno da licenciatura.

Sendo assim, o presente trabalho de pesquisa investigou as estratégias que tais programas utilizam no alcance dos objetivos propostos. Cumpre lembrar que não pretendíamos avaliar os programas, mas sim identificar as estratégias pedagógicas que sustentam tais propostas. Já que estes são, na atualidade, grandes programas de formação docente/iniciação à docência, além da preocupação existente em estabelecer uma relação mais próxima entre a Universidade e as escolas públicas, trabalhamos com a expectativa de identificar alguns elementos que vêm colaborando com a formação de futuros professores.

1. O Programa Bolsa Formação - Escola Pública e Universidade

O Programa Bolsa Alfabetização foi instituído pelo decreto nº 51.627/2007 de 1º de março de 2007.

Considerando o disposto no Decreto nº 7.510, de 29 de janeiro de 1976, que reorganizou a Secretaria da Educação, inserindo em seu campo funcional, dentre outras, as atribuições de promover o desenvolvimento de estudos visando à melhoria do desempenho do sistema estadual de educação, assim como fomentar o intercâmbio de informações e assistência técnica bilateral com instituições públicas e privadas; e Considerando que a aproximação entre a Secretaria da Educação e as instituições de ensino superior responsáveis pela formação de docentes pode-se constituir campo de construção de teorias, pesquisas e contribuições desencadeadoras de um salto de qualidade na educação pública estadual.

Decreta:

Artigo 1º - Fica instituído o Programa "Bolsa Formação – Escola Pública e Universidade", destinado a alunos dos cursos de graduação de instituições de ensino superior que, sob supervisão de professores universitários, atuarão nas classes e no horário de aula da rede estadual de ensino ou em projetos de recuperação e apoio à aprendizagem.

Segundo o Decreto, no artigo 2º, temos os seguintes objetivos gerais:

- I. Possibilitar que as escolas públicas da rede estadual de ensino constituam-se em "campi" de pesquisa e desenvolvimento profissional para futuros docentes;
- II. Propiciar a integração entre os saberes desenvolvidos nas instituições de ensino superior e o perfil profissional necessário ao atendimento qualificado dos alunos da rede estadual de ensino;
- III. Permitir que os educadores da rede pública estadual, em colaboração com os alunos/pesquisadores das instituições de ensino superior, desenvolvam ações que contribuam para a melhoria da qualidade de ensino (BRASIL, 2007).

O Programa Bolsa Alfabetização, por meio de uma parceria com o SEE/FDE e Instituições de Ensino Superior (IES), prevê que alunos universitários de cursos de licenciatura atuem como auxiliares dos professores regentes do 2º Ano, onde trabalham com alfabetização e se familiarizam com o futuro ambiente de trabalho nas escolas públicas de Ensino.

O Programa Bolsa Alfabetização atua junto ao Programa Ler e Escrever. Ambos buscam promover a melhoria do ensino em toda a rede estadual. O Ler e escrever tem por objetivo:

Apoiar o Professor Coordenador em seu papel de formador de professores dentro da escola;

Apoiar os professores regentes na complexa ação pedagógica de garantir apren-



dizagem de leitura e escrita a todos os alunos, até o final da 2ª série do Ciclo I / EF;

Criar condições institucionais adequadas para mudanças em sala de aula, recuperando a dimensão pedagógica da gestão;

Comprometer as Universidades com o ensino público;

Possibilitar a futuros profissionais da Educação (estudantes de cursos de Pedagogia e Letras) experiências e conhecimentos necessários sobre a natureza da função docente, no processo de alfabetização de alunos do Ciclo I / EF (FDE, s.d.).

Em 2010, o programa firmou 88 convênios com instituições de ensino superior. Assim, 98 professores das instituições de

ensino superior assumiram a função de orientadores e 88 interlocutores foram escolhidos. No total, 2099 classes de 2º ano/ Ciclo I/EF foram atendidas em 976 unidades escolares, o que possibilitou que 2009 alunos-bolsistas/pesquisadores pudessem desenvolver suas funções nas classes de 2º ano/ciclo I/EF. (Figura 1).

1.1 Participantes do Projeto do Bolsa Alfabetização

Professores regentes: O professor regente atua em sala junto com o aluno pesquisador.

Aluno Pesquisador: Auxilia o trabalho do

Figura 1 - Abrangência do Programa Ler e Escrever em 2010.





professor regente nas atividades desenvolvidas em sala. Pode realizar a sondagem de leitura e de escrita, desde que feita junto com o professor regente e também assume algumas funções para auxiliar no andamento da sala de aula. Nessa inserção em sala deve-se ter uma boa convivência, agradável a todos.

Ao longo dessa rotina, o aluno pesquisador conhece o material do Ler e Escrever, e faz uma investigação didática durante sua permanência no programa, que consiste em fazer registros escritos da prática docente e aprendizagem do aluno. Ele acompanha processos como: leitura feita pelo professor, produção oral com destino à escrita, cópia, ditado (ressignificação da cópia), rotina de leitura e da escrita dos alunos. Esses processos fazem parte de um estudo sobre os aspectos da alfabetização, com a intenção de compreender a concepção teórica que o professor regente usa na sala de aula, os processos em que o aluno passa para se alfabetizar, assim como buscar e entender estratégias usadas como intervenção na alfabetização e na aprendizagem dos alunos.

Sempre sob supervisão do professor regente e do professor da IES, ele faz constatações, reflexões que emergem na sala de aula e que passam a ser discutidas e exploradas como objetos de estudo acadêmico, visando sua futura maturação profissional. A intenção é que, ao final do projeto de pesquisa, o aluno pesquisador entregue um exemplar à escola de seu designio, para que seja feita uma devolutiva e que o mesmo projeto possa ser estudado e discutido por todos os docentes e equipe pedagógica nas HTPCs.

Gestores: São supervisores, assistentes técnico-pedagógicos (ATP) e diretores de escola da capital, corresponsáveis pelas

ações dos alunos pesquisadores. Eles realizam encontros mensais, visando a formação contínua dos professores regentes.

Equipe Pedagógica: Composta por ATP e professores coordenadores das escolas da capital que, ao realizarem os encontros pedagógicos, objetivam aperfeiçoar a didática de alfabetização e formação dos professores de suas escolas.

O Programa Bolsa Alfabetização oferece a todos os participantes do programa o uso de materiais, livros de orientação ao trabalho desenvolvido nas salas de aula do 2º ano do Ensino Fundamental. São eles: Orientações Curriculares do Estado de São Paulo – Língua Portuguesa e Matemática – Ciclo I - para Professores Regentes, Professores Coordenadores e Diretores de 1ª ao 5º. Anos do E.F; Guias de Planejamento e Orientações Didáticas para o Professor Alfabetizador; Caderno de Planejamento e Avaliação do Professor Alfabetizador; Coletânea de Atividades do aluno; Livro de Textos do aluno; Projeto Intensivo no Ciclo (PIC) / Livros do Professor e do Aluno.

1.2 O referencial teórico do Bolsa Alfabetização

O Programa Bolsa Alfabetização apresenta um referencial teórico pre-estabelecido, ou seja, os alunos bolsistas, ao ingressarem no Programa, estudam determinados livros e autores. O programa Ler e Escrever tem um referencial teórico amplo e conta com alguns educadores reconhecidos por suas obras: Emília Ferreiro, Delia Lerner e Telma Weisz. Logo, o referencial teórico do Programa Bolsa Alfabetização está alicerçado no construtivismo.

O construtivismo teve como precursor Jean Piaget (1896-1980) que, ao refletir sobre o inatismo e o empirismo, defendeu um caminho alternativo: o construtivismo.



Para o autor, o aprendizado é construído pelas ações do sujeito em contato com o objeto de conhecimento.

Essa concepção pressupõe que o aluno já possui conhecimento e o professor deve construir situações-problema para que o aluno tenha curiosidade em aprender. Sua função é a de observar o modo como se dá o aprendizado, criando intervenções e propostas para um melhor aprendizado.

Na concepção construtivista, o professor não condena o erro do aluno, mas busca uma forma de ajudá-lo a aprender, pois cada aluno aprende de forma diferente e em tempos diferentes.

Seguindo essa linha de pensamento, podemos destacar as pesquisas realizadas por alguns autores. Entre eles:

Emília Ferreiro. Orientanda de Piaget, Ferreiro procurou investigar como as crianças constroem a escrita alfabética. Cumpre lembrar que a autora não ensinou um novo método de alfabetização, só compreendeu que os métodos antigos não facilitavam o aprendizado das crianças e que deveríamos tentar entender o processo passado pela criança para aprender para poder ensinar. Ela defende o aprendizado pela resolução de problemas. Ferreiro e Teberosky (1999), no livro "Psicogênese da língua escrita", afirmam que é preciso levar em conta os conhecimentos prévios da criança, para poder criar situações de conflitos cognitivos e gerar situações de superação que facilitem a assimilação do conteúdo.

Telma Weisz foi aluna de Emília Ferreiro e os seus textos também pressupõem o pensamento construtivista. Em seu livro, *O diálogo entre o ensino e aprendizagem* (1999) a autora afirma "que todo professor, mesmo sem perceber, segue uma

concepção ao ensinar, e de como ensinar" (WEISZ, 1999, p.37). Para ela, é preciso repensar as velhas práticas quando desejamos inovar. É necessária uma postura crítica de quem educa, para que não mescle práticas e não se perca durante o processo de aprendizagem. No construtivismo, o professor precisa criar condições para que o aluno assimile o conteúdo e transforme-o em conhecimento próprio, pois ele precisa agregar os novos conhecimentos aos que já possui, e isso pode levar algum tempo.

Para Telma, o fato do aprendizado se dar pela ação do aluno não quer dizer que não devemos corrigir seus erros, pelo contrário, devemos usá-los para organizar novas situações e intervenções para obter o aprendizado. É preciso entender como o seu aluno aprende pelo seu ponto de vista, para ajudar em suas dificuldades, fazendo com que ele tenha sucesso em seu aprendizado.

Delia Lerner. Em seu livro "Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário", Lerner (2002) menciona que devemos trazer sentido ao aluno sob o ato de ler e escrever, o que facilitará o processo de alfabetização.

Partindo do pressuposto de que toda criança, antes de entrar na escola, já teve acesso a diversos tipos de textos escritos, devemos abusar dessa diversidade de gêneros e aproveitá-las em sala de aula, apresentando propostas didáticas que visem favorecer a autonomia e o aprendizado significativo de todos os alunos.

O Programa Bolsa Alfabetização tem como estratégia formativa a aproximação entre aluno e escola, possibilitando uma troca de experiências entre futuros professores e professores regentes. Com essa



aproximação, o aluno pode aprimorar seus conhecimentos juntamente com os materiais oferecidos pelo programa.

Cumpra lembrar que algumas instituições têm constatado a necessidade de mudarem a matriz curricular dos cursos de formação de professores para acompanharem as exigências do programa. Com isso, os alunos da graduação, mesmo não participantes do programa, são influenciados pelos teóricos que estão sendo discutidos nos processos de formação dos alunos pesquisadores.

2. Programa PIBID: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, executado no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, foi instituído a partir da Portaria Normativa nº 38, de 12 de dezembro de 2007. No Artigo 1º está escrito:

Instituir, no âmbito do Ministério da Educação, da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, o Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência - PIBID, com vistas a fomentar a iniciação à docência de estudantes das instituições federais de educação superior e preparar a formação de docentes em nível superior, em curso presencial de licenciatura de graduação plena, para atuar na educação básica pública (BRASIL, 2007).

O PIBID surgiu com o intuito de vincular os estudantes de licenciatura às escolas públicas, seu futuro ambiente de trabalho. Ao ser lançado, em 2007, a prioridade de atendimento do Pibid eram as áreas Exatas (Física, Matemática) e de Humanas (Química e Biologia) para o Ensino Médio, pois não existiam muitos docentes nessas áreas. Porém, observando a necessidade

em outras disciplinas, o programa já atendia, em 2009, toda a Educação Básica, incluindo EJA (educação de jovens e adultos), indígenas, campo e quilombolas.

Segundo o Edital nº 061/2013, a expectativa é que, em 2014, sejam concedidas 72.000 bolsas para várias licenciaturas em todo o país. Sendo 10.000 dessas bolsas reservadas a alunos participantes do Pro Uni e seus professores.

De acordo com esse Edital, o programa PIBID poderá, a partir de agora, aceitar que escolas privadas - com ou sem fins lucrativos - participem do programa, encaminhando suas propostas de projetos à Capes. Se aprovada, a IES privada só poderá conceder Bolsa PIBID a alunos matriculados e ativos no programa Universidade para Todos (Pro Uni).

De acordo com o Art. 3 do Decreto Nº 7.219 de 24 de junho de 2010, são objetivos do PIBID:

- I - incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica;
- II - contribuir para a valorização do magistério;
- III - elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica;
- IV - inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem;
- V - incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como coformadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério;



VI - contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura (BRASIL, 2010).

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos desde o 1º semestre do curso de licenciatura. Os alunos bolsistas são orientados por coordenadores que asseguram os resultados da pesquisa bem direcionados e elaborados. O aluno selecionado a participar do Pibid receberá por mês a quantia de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Já o coordenador da IES receberá a quantia mensal de R\$1.500,00 (Mil e quinhentos reais). O coordenador de área (professor) receberá mensalmente R\$ 1.400,00 (Mil e quatrocentos reais) e o supervisor (docente da escola pública) R\$ 765,00 (Setecentos e sessenta e cinco reais).

O coordenador institucional é o responsável pela elaboração do projeto na Instituição de ensino Superior e interlocutor da Capes. O licenciando é o aluno bolsista em graduação participante do projeto. Já o coordenador de área é o docente responsável pela dinâmica do subprojeto nas áreas de conhecimento, junto ao coordenador institucional, garantindo a qualidade do projeto. Por último, temos a função dos supervisores - professores da escola pública, que direcionam o aluno bolsista para áreas de conhecimento e atuação em sala.

2.1 Princípios pedagógicos do PIBID

De acordo o relatório de gestão da Capes 2009-2011, extraído da Diretoria de Educação Básica Presencial (DEB), o Programa PIBID não apresenta um referencial teórico explícito. Há princípios sobre os quais os projetos institucionais precisam

se apoiar. Carmem Neves (Diretora de formação de professores da educação básica na CAPES) afirma que os princípios defendidos no PIBID foram baseados em estudo de Nóvoa (2009) sobre formação e desenvolvimento profissional de professores. São eles:

1. Formação de professores referenciada no trabalho na escola e na vivência de casos concretos;
2. Formação de professores realizada com a combinação do conhecimento teórico e metodológico dos professores das instituições de ensino superior e o conhecimento prático e vivencial dos professores das escolas públicas;
3. Formação de professores atenta às múltiplas facetas do cotidiano da escola e à investigação e à pesquisa que levam à resolução de situações e à inovação na educação; formação de professores realizada com diálogo e trabalho coletivo, realçando a responsabilidade social da profissão (NEVES, 2012), DEB 2011).

2.2 Um possível referencial teórico

O Programa PIBID não apresenta um referencial teórico preestabelecido. O que temos na proposta do programa são princípios a serem seguidos. Eles são baseados nos estudos de António Nóvoa.

António Nóvoa em seu livro "Professores: Imagens do futuro presente" (2009) *demonstra* sua preocupação na construção de políticas públicas que promovam um docente reflexivo. A modernidade nos deu um transbordamento de conteúdos, devido aos excessos de discursos que nos são mostrados. Muitas vezes, ficamos na dúvida do que é ser um bom professor. Nóvoa reflete sobre a problemática vivenciada pelos professores do século XXI e, por meio de pesquisas, ele divide esses problemas em cinco grandes eixos: prática, profissão, pessoa, partilha e público.



Prática. A prática docente faz parte de um processo extremamente difícil e complexo, pois faz com que o docente articule a teoria com a prática. A prática está ligada ao conhecimento, pois o professor precisa transformar a teoria que aprendeu no decorrer de sua trajetória, para ter um conhecimento vasto do que pretende ensinar, e conduzir seus alunos ao sucesso no aprendizado dando origem ao conhecimento. Em sua obra, Nóvoa compara a formação dos professores com a dos médicos. Os médicos participam de um período de observação no qual aprofundam teoricamente as possíveis e distintas abordagens em sua área, fazem reflexões conjuntas, mobilizam o conhecimento pertinente e buscam melhorias diante das necessidades do seu local de trabalho, ou seja, estão em constante formação.

Para Nóvoa (2009), esse deveria ser um modelo presente na formação e na qualificação que um aluno de licenciatura deveria ter, fazendo uma transformação deliberativa, que diz respeito à transformação dos saberes do docente.

O educador precisa refletir e encontrar soluções para os problemas de insucesso escolar, trabalhar sua formação continuamente, revisar e reelaborar seus conhecimentos, verificando o que permanece e o que já foi abandonado, na teoria e na prática docente.

Segundo o autor, muitas vezes a prática é modificada intencionalmente pelos meios sociais e culturais em que o professor está inserido, e fazem total diferença na aquisição do conhecimento de seu aluno.

Profissão. No eixo profissão, o autor deixa claro que é imprescindível a participação dos professores mais experientes na

formação dos futuros docentes. Para Nóvoa, precisamos devolver a formação dos professores aos professores. Ele reforça a importância do período de indução na formação profissional, fazendo parte dos primeiros momentos da vida profissional do futuro docente. Nesse período, podemos desenvolver professores reflexivos que analisam sua prática e a integram dentro da profissão para exercerem intensamente seu ofício. Contudo, para que isso ocorra, é necessário que tenhamos um grupo de especialistas pesquisadores, cientistas da educação, que auxiliem nesse processo de maturação profissional, pois eles ajudam a fazer com que a teoria fique mais próxima da prática.

Pessoa. Levamos para dentro das nossas práticas nossa identidade cultural, experiências através das quais nossos comportamentos como educadores são constituídos. A profissão exige que os professores sejam pessoas inteiras, reforçando a pessoa-professor e o professor-pessoa. Contudo, para que isso ocorra, é necessário incentivar práticas de autoformação, momentos em que se possa construir um novo conhecimento pessoal. Elaborar um conhecimento pessoal no interior do conhecimento profissional não é uma tarefa fácil, pois o professor deve refletir sobre sua prática.

Partilha. Na contemporaneidade fica explícita a necessidade do trabalho coletivo, com apoio das equipes pedagógicas que, por sua vez, buscam agregar as experiências coletivas em conhecimento profissional, trabalhando com programas que transformam a formação desses docentes, sendo assim mais coerentes com o que acontece na escola. A ética, a parceria e a partilha são essenciais para se consolidar escola e sociedade.



Público. É indispensável na formação do professor ter uma comunicação pública intensa com compromisso social. Os professores devem aprender a dialogar com a sociedade, pois, muitas vezes, os educadores têm dificuldades em expor publicamente seu trabalho, como pretende agir e até mesmo impor seus direitos. Sendo assim, precisamos recontextualizar a escola, fazendo dela um espaço em que haja diálogo interno e externo e, para tanto, necessitamos reintroduzir essa dimensão nos programas de qualificação profissional.

Nesses cinco eixos, o autor define o que é ser um bom professor e o que ele necessita saber para aprimorar seus conhecimentos. Precisamos apreciar a construção do conhecimento dos professores junto às instituições de ensino superior, para que tenham um compromisso social e vontade de mudança, fazendo com que elas trabalhem articulando na formação do futuro docente. O autor alerta quanto à necessidade de se criar um espaço público para a formação docente.

Nóvoa, em seu texto, defende que a escola pública deveria convidar alunos da licenciatura para vivenciar e conhecer as rotinas que ocorrem dentro da sala de aula e do ambiente escolar. Com isso, poderia contribuir para a melhoria do ensino dos alunos e também à formação contínua dos professores, uma vez que, quando se tem um aluno de licenciatura dentro da sala de

aula, este observa as práticas do professor regente e, ao mesmo tempo, percebe as inovações didáticas e metodológicas. Além disso, poderia ajudá-lo na elaboração de planos de aula, sendo um parceiro na rotina da sala.

Para o autor, por meio de uma reflexão coletiva, teríamos um desenvolvimento profissional intenso que caracterizaria maior presença dentro da profissão do professor em sua formação. Segundo Nóvoa, para os futuros docentes, o contato com essas situações cotidianas em sala de aula, das dificuldades aos acertos, leva-o a uma proximidade que faz com que sua prática fique mais firme e conduza esses alunos-docentes a serem educadores mais comprometidos, com vontade de permanecer nas escolas públicas. Ao verem e vivenciarem essa rotina, sentem necessidade e vontade de agregar, a esse ambiente, diversas formas de desenvolver o aprendizado de seus futuros alunos.

A CAPES, ao fazer um levantamento do Pibid na atualidade, mostrou que o Programa está vinculado a 195 (IES) que desenvolveram 288 projetos próprios em aproximadamente 4 mil escolas públicas.

Atualmente o programa disponibilizou:

3. Análise dos resultados obtidos

Ao analisar os textos/documentos do Programa Bolsa Alfabetização, pudemos

Figura 2 - Abrangência do PIBID, <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid>

Tipo de Bolsa	Total	Tipo de Bolsa	Total
Iniciação à Docência	40.092	Coordenação de Área de Gestão	266
Supervisão	6177	IES (Instituições de ensino Superior)	195
Coordenação de Área	2.498	Escolas Atendidas	4.000
Coordenação Institucional	288	Total de Bolsas Concedidas	49.321



constatar que o seu referencial baseia-se no construtivismo. Esse programa defende a ideia de que ensinar não é transferir conhecimento. Além disso, o professor, ao assumir o seu papel de mediador, deveria criar condições para que o aluno construa o seu conhecimento. Para que isso aconteça, o professor necessitaria considerar alguns aspectos: estruturar atividades diversificadas, estar disponível ao diálogo, ter domínio do conteúdo que está sendo ensinado e refletir sobre o trabalho realizado coletivamente.

Já o Programa PIBID não apresenta um referencial teórico explícito. A partir da leitura e análise dos materiais selecionados, podemos perceber alguns princípios: a importância da formação docente a partir de casos concretos que ocorrem na escola, a junção dos conhecimentos teórico e prático, formação docente pautada no trabalho coletivo e, principalmente, a formação docente atenta às múltiplas facetas do cotidiano escolar.

Com relação às estratégias formativas, os participantes do Programa Bolsa Alfabetização, além de seguir um determinado referencial teórico (construtivismo), realizam tarefas preestabelecidas (pesquisa investigativa). Já as IES que participam do Programa PIBID têm autonomia em criar seu próprio projeto a partir de referenciais que consideram como mais adequados à formação de seus alunos. O que elas precisam é levar em consideração os princípios defendidos no Programa.

Tanto os participantes do Programa Bolsa quanto do PIBID precisam escrever relatórios sobre as atividades realizadas. Para finalizar, lembramos também que, nesses programas, há uma preocupação em fazer a junção das ações que ocorrem na Universidade com as escolares.

O quadro a seguir sintetiza as ideias expressas anteriormente:

PIBID	Bolsa Alfabetização
Bolsa incentivo a todos os participantes do projeto;	Bolsa incentivo ao aluno pesquisador;
A Instituição de Ensino elabora o seu projeto;	O projeto é elaborado a partir de pressupostos preestabelecidos;
Reunião com IES, alunos e supervisores;	Reunião com os alunos pesquisadores nas IES;
Elaboração de relatórios mensais (IES);	Elaboração de relatórios mensais, semestrais e anuais (IES);
Elaboração de relatórios (alunos participantes do PIBID).	Elaboração de pesquisa – investigação didática (alunos pesquisadores).



REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 51.627/2007 de 1º de março de 2007. Institui o Programa Bolsa Formação - Escola Pública e Universidade. Palácio dos Bandeirantes, 1º de março de 2007., 2007. Disponível em: <<http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Certificacao/GatewayCertificacao-PDF.aspx?notarizacaoID=46441d8f-7367-4f15-8977-9fc1004ab62c>>. Acesso em: 20 agosto 2012.

BRASIL. Portaria Normativa nº 38, de 12 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência. *Diário Oficial da União*, n. 239, 2007. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/legislacao/2007/portaria_n40_12122007.pdf>. Acesso em: 20 agosto 2012

BRASIL. Decreto Nº 7.219 de 24 de junho de 2010. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID e dá outras providências. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7219.htm>. Acesso em: 20 agosto 2012.

FDE. Programa Ler e Escrever/Bolsa Alfabetização s.d. Disponível em: <<http://lereescrever.fde.sp.gov.br/Handler/Upl-Conteudo.ashx?jkasdkasdk=269&OT=0>>. Acesso em: 20 agosto 2012.

FERREIRO, E., TEBEROSKY, A. *Psicogênese da língua escrita*: Porto Alegre: Artmed, 1999.

GATTI, B. A. C., BARRETO, E. S. D. S. *Professores do Brasil: impasses e desafios*: Brasília: UNESCO, 2009.

LERNER, D. *Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário*: Porto Alegre: Artmed, 2002.

NEVES, C. M. C. A Capes e a formação de professores para a educação básica. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, v. 8, n. suplemento 2, p. 353-373, mar. 2012.

NÓVOA, A. *Professores Imagens do futuro presente*: Lisboa: EDUCA, 2009.

WEISZ, T. *O diálogo entre o ensino e aprendizagem*: São Paulo: Ática, 1999.

REFERÊNCIAS de Sites Pesquisados:

EDUCAÇÃO, Ministério, Edital. Disponível em:<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/ead/port_40.pdf>Acesso em: 11 agosto 2012.

CAPEs, Edital. Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à docência. Disponível em:<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/Edital_061_2013_PIBID.pdf> Acesso em: 02 Agosto. 2013.

CAPEs, Editais e Seleções. Disponível em:<<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespid/editais-e-selecoes>> Acesso em: 10 Agosto. 2012.

CAPEs, Decretos Download. Disponível em: <www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/DecretoPIBID_240610.pdf> Acesso em: 10 Agosto. 2012.

PRESIDÊNCIA da República Federativa do Brasil, Planalto Decretos. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7219.htm> Acesso em: 11 Agosto. 2012.

QUÍMICA, SOCIEDADE Brasileira de. Políticas e Programas da CAPES. Disponível em:<<http://www.sbq.org.br/PDF/GQ1.pdf>> Acesso em: 15 Agosto. 2012.



FDE, Programa Ler e Escrever. Disponível em: <<http://lereescrever.fde.sp.gov.br/Handler/UplConteudo.ashx?jkasdkasdk=184&OT=O>> Acesso em: 20 Agosto. 2012.

SÃO PAULO, Bolsa Alfabetização, Ler e Escrever. Disponível em:<<http://lereescrever.fde.sp.gov.br/Handler/UplConteudo.ashx?jkasdkasdk=269&OT=O>> Acesso em: 20 Agosto. 2012.

RECEBIDO em 08/10/2013

APROVADO em 14/12/2013

